

Infância e cidade: reflexões sobre espaço e lugar da criança

*Ana Lucia Castilhana de Araújo*¹

Resumo: Neste texto, pretendemos refletir sobre as relações entre crianças e cidades, enfatizando o espaço das cidades no contexto das infâncias. Para isso consideraremos a natureza social da criança pequena, que a coloca em relação de grande dependência diante do adulto. A fim de discutir esse contexto, nos utilizaremos da sociologia da infância e da geografia da infância. Para a geografia da infância, os conceitos de espaço e lugar são fundamentais para explicar as identidades e o sentimento de pertencimento. O contexto da discussão é a cidade de Vitória da Conquista, situada no sudoeste baiano, e pretendemos, a partir das abordagens propostas, apresentar alguns argumentos a favor do uso do espaço urbano pelas crianças, especialmente as pequenas, como parte importante na constituição da subjetividade humana.

Palavras-chave: Infância. Cidades. Espaço. Geografia da infância.

Childhood and the city: Reflections on the space and place of the child

Abstract: In this paper, we intend to reflect on the relationship between children and cities, emphasizing the space of cities in the context of childhood. Therefore, we consider the social nature of young children, which places them in a large

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Titular na UESB. E-mail: alcastilhana@gmail.com

dependency relationship in front of the adult. In order to discuss this context, we will use sociology of childhood and geography of childhood. The concepts of space and place are basic to explain the identities and sense of belonging in the geography of childhood. The context of the discussion is the city of Vitória da Conquista, located in Bahia's southwest, and we intend, from the proposed approaches, to present some arguments in favor of the use of urban space by children, especially the young ones, as an important part in the constitution of human subjectivity.

Keywords: Childhood. Cities. Space. Geography of childhood.

As cidades possuem peculiaridades, história, assim com as infâncias das crianças. Em determinados momentos, essas peculiaridades podem se cruzar e formar fatos únicos nessas infâncias. Qualquer observador atento poderá se deparar com diversas situações que envolvem crianças no cotidiano das cidades. Algumas dessas situações inusitadas e outras tão frequentes que nos parecem naturais. A presença, cada vez mais comum, das crianças nas garupas das motocicletas que avançam pelas ruas em grande rapidez pode ser considerada fato comum. A criança ainda pequena, cochilando na garupa da motocicleta enquanto seu pai aguarda oportunidade em um cruzamento no centro da cidade, nos lembra que a criança não está à parte da sociedade e dos diversos fatores que criam o cotidiano nas cidades.

Podemos apontar várias questões pertinentes ao estudo das relações entre crianças e cidades que merecem um olhar mais atento no sentido de sistematizar dados sobre o cotidiano, as condições de vida, os pontos de autonomia da criança, enfim, a infância vivida pelos cidadãos ainda pequenos. Estas reflexões abordam tanto o espaço disponibilizado pelos adultos para as crianças, em termos de qualidade e possibilidades de experiências, como também algumas observações sobre o trânsito e a ocupação do espaço urbano pelas crianças. Aqui, é importante ressaltar a situação de dependência da criança diante do adulto e da sociedade conforme sinaliza a sociologia da infância. Em termos científicos, como categorias de pesquisa, a infância e as crianças têm sido, historicamente

submetidas a outras categorias como a escola, o adulto, a violência. Mas para além disso, a dependência da criança do adulto e das suas diversas agências e instituições, cria uma situação que torna a criança um sujeito muito peculiar também quando falamos de suas experiências, criações, opiniões, interpretações. Uma hermenêutica da criança nos faria perguntar até que ponto a admitimos como sujeito em nossa sociedade. Até que ponto a criança pode ser considerada cidadã em um contexto em que ela ainda necessita de proteção.

Para entender as relações entre infância e cidade, tomaremos como conceito principal ao nos referirmos à categoria cidade, o conceito de espaço. Como cruzamento de concepções da geografia, sociologia e antropologia, o estudo do espaço está relacionado a processos de identificação e relações de identidade do ser humano no contato com seu ambiente. Esta temática parte do estudo da transformação da natureza em espaço humano. Nas cidades, a criança cresce andando por ruas, subindo ladeiras, contemplando prédios ou passando por portas e igrejas. Assim, o espaço das cidades é um espaço humano. No entendimento de Milton Santos (1997, p. 51),

À medida em que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc., verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Partindo tanto da sociologia da infância como da geografia da infância, podemos considerar as infâncias como vividas de acordo com os mais diversos contextos e interpretações feitas pelos sujeitos. Isto se aplica ao estudo das relações entre crianças e cidades, mas também nos força a considerar a situação da limitada autonomia infantil diante de fatores como cidades, contextos, sociedade e família.

Das mudanças ocorridas na sociedade ao longo do século XX, aquela que se destaca para nós, para fins de análise neste texto, foi a transformação do espaço de convivência da criança de áreas externas como

a rua e os terrenos baldios para espaços internos, em grande parte das sociedades atuais. Como espaços internos das infâncias atuais, ao menos no ocidente, podemos apontar a residência da criança, sob o controle da família, e a instituição escolar. As explicações para este fenômeno passam desde teorias críticas que designam à família e à escola um papel de controle sobre o disciplinamento das pessoas em formação (FOUCAULT, 1998) até os estudos sobre família e sociedade que abordam tanto questões de natureza culturais como sociais ou psicológicas.

O espaço da criança, de acordo com análise de Ariès (1981, p. 185) passou a ser, no século XIX, a escola, considerada como espaço próprio para conter e preparar a infância afastando-a de um mundo exterior, para o confinamento com finalidade educacional. Tal mudança ocasionou uma alteração significativa na posição da criança na sociedade, na medida em que esta passou a pertencer ao ambiente escolar de modo indissociável: o lugar da criança passa a ser a escola. Há aqui um sentido atribuído de identidade em relação à infância largamente discutido em fóruns como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que alertam para a identificação da criança com o papel de aluno. Enquanto a criança frequentar a escola, ela terá sua identidade atrelada ao conceito de aluno, aquele que aprende, que não está pronto, que se prepara para entrar no mundo adulto. Talvez possamos compreender a identidade com o lugar representado pela escola como permeada, e talvez, muitas vezes ultrapassada, pelo “papel de aluno”.

Até os dias atuais, as relações da criança com o espaço escolar permanecem sujeitas a uma temporalidade específica, isto é, à criança é resguardado o tempo de confinamento na escola em horários específicos, restando-lhes ainda a possibilidade da vivência em espaços externos quando em companhia de sua família. Isto se aplica, especialmente, em função da idade da criança, na medida em que o avanço de sua idade vai lhe proporcionando autonomia para, inclusive, transitar sozinha pela cidade.

Diversos textos sobre história da infância na Europa e no Brasil mostram, por meio da descrição de fatos cotidianos da vida de crianças

do século XVII ao século XIX uma progressiva preocupação social com a permanência da criança na rua.

As famosas brincadeiras de rua da Cidade de São Paulo nas décadas de 1950, 1960 ou 1970 (FERNANDES, 2004) foram atividades aos poucos retraídas para um ambiente mais controlado. Durante este período, a criança, quando não estava na escola, podia se utilizar de espaços externos como a rua, onde se entregava a atividades lúdicas como os jogos e brincadeiras diversos: bola, bicicleta, e outros tantos. No espaço da rua, a vivência da autonomia também é um fator importante, na medida em que as relações são estabelecidas entre pares e em distancia relativa do adulto.

No Brasil, relatos de retirada de crianças pobres das ruas como forma de prevenir o desvirtuamento da juventude mostra um meio direto de controle do Estado sobre o trânsito infantil pelo espaço urbano (DEL PRIORE, 2000; VEIGA; FARIA FILHO, 1999). Entretanto, sempre coube às famílias a função de gerenciar a autonomia da criança e essa ação termina sofrendo influência da sociedade, em suas concepções sobre a infância e a maneira como essa etapa da vida humana deve ser vivida.

A segunda metade do século XX acompanhou um processo de contenção das crianças em suas residências, fato mais acelerado nas grandes cidades, mas que também tem alcançado as cidades de médio e pequeno porte. Diversos fatores podem ser apontados como responsáveis por influenciar as famílias no que seria essencialmente uma mudança cultural no processo de educação de seus filhos. Quando falamos do espaço ocupado pela criança, alguns outros fatores não podem ser ignorados como a idade da criança, a comunidade à qual sua família pertence, a cidade (seu tamanho e o que ela oferece como opções de lazer) e a cultura. Não podemos esquecer também a diferença entre as infâncias de crianças moradoras da zona rural e da zona urbana. Aqui podemos observar como as diversas áreas de estudo da infância necessitam dialogar a fim de compreender este fenômeno social de forma mais completa.

A partir deste raciocínio, talvez possamos dizer que o entrelaçamento sofrido entre os fatores sociais, econômicos, familiares e científicos², que influenciou as infâncias ao longo desses séculos produziu mudanças, tanto em um campo macro, em termos das populações, como em um campo micro, nas subjetividades das crianças de um determinado lugar.

Podemos considerar dois aspectos fundamentais na discussão produzida entre espaço e infância: um deles seria o que foi levantado sobre o processo histórico de mudança social, diretamente relacionada ao estudo do espaço na infância. O outro seria a dependência da criança do adulto. Esta última, em particular, bastante abordada pela sociologia da infância (ALANEN, 2001; FERREIRA, 2002; PINTO, 1997) revela temática suficiente para um outro texto apenas abordando a complexidade desta situação.

A situação de dependência da criança vai muito além do cuidado e da proteção, evidentemente tão necessários no contexto de desenvolvimento infantil. É histórica e está vinculada de forma indissociável ao próprio conceito de criança como um ser imaturo, incompleto e passível de correção por parte do adulto.

Para ganhar o espaço externo (da rua, do campo) a criança necessita contar com um ambiente propiciador: um ambiente social ou familiar que o permitam, e uma idade mínima. Isto é, a autonomia de movimento e uso do espaço pela criança aumenta na medida em que sua idade avança, e mesmo assim (considerando diversas variações familiares e culturais), para algumas famílias permitirem que suas crianças saiam à rua sozinhas, faz-se necessária uma espera de mais de uma década. Interfere aí, fortemente, o fator cultural. Podemos citar a concepção de infância das famílias; as próprias infâncias vividas por seus membros adultos; a concepção de infância da sociedade. A influência da mídia também interfere nas decisões tomadas pela família a respeito do trânsito de suas crianças pela rua, por meio de programas, publicações, novelas, notícias em jornais ou mesmo propagandas.

² Aqui tomamos emprestado o raciocínio de Michel Foucault (1998) quando afirma que a ciência instrui a família e a escola como instrumentos de controle social. Embora não utilizemos este autor como referência neste texto, ele está presente neste raciocínio.

Em outras culturas, as concepções de infância variam gerando ações diferenciadas dos adultos em relação à autonomia e transito da criança pelas vias públicas.

Mekideche (2005) discute o papel e as relações ambientais das crianças nas cidades partindo de uma análise política, cultural e histórica. A autora observa como na cidade de Argel, na Argélia, crianças muito pequenas brincam nas ruas, em espaços próprios para a experiência de autonomia das crianças, chamados *Zankas*, nos quais há uma troca de experiências e aprendizado entre crianças mais velhas e mais novas. Para a autora, “Na sociedade magrebina, o lugar que a criança ocupa na cidade reflete o fato de que, em alguns aspectos, ela tem o mesmo papel que o adulto. Tem o direito de usar a cidade da mesma forma que o adulto” (p. 117). Neste contexto, há aspectos da cultura islâmica incluindo sua concepção de infância que orienta as ações, especialmente sobre o que é ou não permitido às crianças.

Se toda infância é infância de um lugar, e nos propomos a falar sobre crianças e cidades, o que poderíamos dizer sobre a infância das crianças na cidade de Vitória da Conquista? Lembramos que nenhum estudo sistemático foi feito a fim de responder a esta pergunta. As reflexões aqui apresentadas partem de observações ocasionais (e extremamente atentas) de passagens do cotidiano de crianças na cidade.

Os seres humanos criam um mundo e se identificam sistematicamente com ele. Clifford Geertz (1989, p. 4) definiu cultura como a teia de significados que enredam o ser humano, cabendo a este interpretá-la, analisa-la. Tomamos emprestado o conceito deste autor para compreender o espaço também como teia, uma vez que ele faz parte da cultura e enreda o sujeito em um complexo de lembranças, sentidos (cheiros, texturas, cores) e sentimentos que terminam formando algo indissociável. Esta teia é repleta de artefatos, de possibilidades construídas a partir de origens diversas.

A cultura, como teia que constitui e é constituída pelos indivíduos, oferece ao ser humano os meios de se apropriar dos ambientes. A partir daí, as características humanas passam a imprimir a paisagem, transformando-a em lugar humano, ao qual as pessoas atribuem significados e se reconhecem.

Assim, “reconhecer-se é memorizar imagens concretas, apreensões visuais sobretudo (às vezes odores e barulhos) que permitem saber se já se esteve em tal ou qual lugar” (CLAVAL, 2007, p. 189).

Infância e lugar são, no entendimento de Lopes e Vasconcelos (2006), conceitos interligados, pois “toda criança é criança de um local”. Assim, a cidade, com seus espaços, possuiria uma função de localizar a criança no processo de construção de uma infância específica, relacionada a um lugar e não a outro. Além de conter uma discussão geográfica, que especifica pontos de transformação da infância e dos espaços em lugares e territórios com seus sujeitos, a geografia da infância aponta para processos afetivos nas relações da criança com o lugar. Trazemos, ao longo do texto, algumas situações observadas no cotidiano da cidade. Estas observações possuem um caráter assistemático e exploratório para pontuar e ilustrar a discussão proposta ao tema (LOPES; VASCONCELOS, 2006).

A criança possui extrema competência para se utilizar dos elementos do espaço para criar sentidos e interpretar contextos de forma única. Como compreender este processo interativo entre o espaço da cidade e a hermenêutica da criança na cidade de Vitória da Conquista, onde há poucos espaços para a criança, e onde cada vez mais se restringe o seu acesso ao exterior das ruas? Na opinião de Cotrim e Bichara (2013, p. 388),

Investigar como as crianças se comportam em ambientes externos, públicos e visíveis de uma metrópole pode nos revelar aspectos importantes sobre a infância na contemporaneidade, principalmente aqueles associados à ocupação de espaços, busca de autonomia e sociabilidade, fenômenos estes expressos majoritariamente em brincadeiras.

Algumas peculiaridades do espaço urbano talvez nos permitam refletir sobre a sua ocupação por parte das crianças. Vitória da Conquista vem se tornando uma cidade polo em educação e saúde atendendo à região sudoeste da Bahia e norte de Minas Gerais. Seu crescimento populacional vem acompanhado do surgimento de altos edifícios que aos poucos modificam a sua paisagem antes repleta de horizonte e um céu especial

que só se vê em planaltos. A população de Vitória da Conquista valoriza o espaço pavimentado e as construções como expoentes de desenvolvimento humano. Entretanto, sua população tem suas origens em espaços rurais (no entorno da cidade, de fazendas) e de pequenas cidades próximas³. A cidade não dispõe de parques ou praças para uso infantil ou espaços verdes. Há um espaço na cidade que sempre é citado quando o assunto é área verde: a Reserva Florestal do Poço Escuro. Este espaço não tem como objetivo atender ao público infantil, mas pretende ser uma reserva onde, por exemplo, os professores levam seus alunos para observar espécies animais ou algum resquício de mata da região.

Outro espaço bastante frequentado especialmente aos domingos pelas famílias com crianças é a Praça Tancredo Neves. Esta praça possui basicamente canteiros com espécies de rosas e árvores e um lago onde vivem patos e gansos. O uso deste espaço é basicamente andar pelos caminhos entre os canteiros e a passagem da água, ou sentar-se nos diversos bancos para contemplar a paisagem. Talvez a única referência a crianças sejam as barracas de pipoca e um fotógrafo que, há anos, monta um cenário sertanejo para fotografar crianças usando um cavalete de palha e peças de vestuário.

Além desses espaços, citamos uma área externa no Ginásio de Esportes, que possui uma pista de skate. Algumas crianças utilizam esta pista, mas é um espaço de lazer específico e que atrai meninos e meninas mais velhos, especialmente adolescentes.

Praticamente não há eventos para crianças, sejam montagens de peças teatrais, shows ou espetáculos infantis de qualquer natureza. Da mesma forma, não há áreas externas naturais para uso das famílias e crianças como praias ou rios. A cidade, ao contrário do Rio de Janeiro, por exemplo, não dispõe de praças ou parques para uso infantil.

Além da precariedade de espaços e eventos voltados para o público infantil, podemos observar algumas dificuldades na ocupação do espaço urbano por parte das crianças. O passeio público possui obstáculos dos mais diversos tipos como calçamento irregular, rampas para escoamento

³ As duas capitais mais próximas da região são Salvador a 500 km e Belo Horizonte a 900 km.

de água da chuva ou mesmo para acesso de veículos a garagens; alturas das calçadas ou de meios fios muito diferentes, o que obriga os passantes a subir e descer constantemente e impossibilita o passeio de adultos com carrinhos de bebês ou crianças pequenas. As crianças de três e quatro anos costumam apreciar caminhadas nas ruas durante as quais elas podem observar outras pessoas, ou mesmo conferir o seu espaço e aprender observando diversas situações sociais dispostas no espaço público de suas cidades. Para estas crianças, os passeios a pé implicam constantes intervenções dos adultos que as acompanham, pois estes precisam ajudá-las a subir e descer nas irregularidades das calçadas ou mesmo levá-las no colo durante uma parte do percurso. Talvez essas dificuldades decorrentes de uma topografia urbana avessa ao trânsito a pé possa explicar parte da ausência de crianças em passeios pela maioria das ruas. Isso sem contar o padrão de calçadas muito estreitas no centro da cidade, fator que, aliado ao grande trânsito de pessoas em dias de semana, podem transformar o espaço em algo estressante, pela atenção que demanda aos adultos.

Um ponto importante a respeito da cidade de Vitória da Conquista e que talvez possamos considerar como parte de sua cultura é o clima frio. Este fator certamente interfere no comportamento das famílias especialmente na sua opção por espaços fechados para o seu lazer. Talvez o clima seja um fator para as pessoas caminharem menos pelas ruas. Aqui podemos pensar na interligação entre clima, altitude, espaço, cultura e comportamento.

É importante considerar que a cultura da cidade, embora possa variar entre as famílias, não se altera de forma significativa quando o assunto é a resistência dos pais em sair à rua em passeios com suas crianças ou mesmo em deixá-las brincar na rua. Em um estudo em uma ocupação em Vitória da Conquista (ARAÚJO, 2013), as famílias (embora de condição econômica mais precária) demonstravam grande preocupação com as suas crianças. Nesta comunidade, tanto as crianças eram impedidas de sair para brincar na rua, como as famílias consideravam como lazer dos domingos as visitas à casa de parentes para almoçar. Nenhuma das vinte famílias pesquisadas relatou passeios em praças ou qualquer outro ponto externo

da cidade. É evidente e notória a relação entre a condição econômica das famílias e os locais de acesso e brincadeiras das crianças. Tanto o acesso a determinados locais como a produtos ou serviços depende tanto da condição financeira das famílias quanto da cultura, que incluiria ou não aquele recurso em seu repertório de opções de lazer. Entretanto, a noção de que as crianças de classes menos favorecidas brincam nas ruas não parece se confirmar ao menos não como característica econômica. Alguns estudos, como o de Mekideche (2005) anteriormente citado, se debruçam sobre o uso do espaço urbano pela criança. Esta autora aponta o componente cultural que diferencia o contexto de cuidados com a criança daquele existente nas sociedades ocidentais.

Estudos que abordam as crianças na rua, no Brasil, relatam contextos de desenvolvimento de crianças em torno dos 10 anos de idade. Cotrim et al. (2009) realizaram um estudo exploratório sobre espaços urbanos e brincadeiras na cidade de Salvador, Bahia, e identificaram locais considerados informais nos quais as crianças realizavam suas atividades lúdicas. Os locais identificados no estudo foram ruas, canteiros centrais entre avenidas, praças sem parquinhos, passeios de rua, espaço amplo e rótula de trânsito. Quando as autoras analisam as relações entre os espaços escolhidos pelas crianças e as brincadeiras desenvolvidas, observam-se fatores ambientais, espaciais, topográficos e sazonais (no caso da brincadeira de pipa, sempre dependente da incidência de ventos) interferindo nesse processo. As autoras se detêm, em seu estudo, sobre as brincadeiras e os locais escolhidos pelas crianças. Neste estudo, não há nenhuma aproximação com as famílias dessas crianças, inclusive, porque o levantamento dos dados é feito à distância, por meio de um método de captura de imagens com identificação das brincadeiras. Assim, não há registro sobre qual o posicionamento das famílias sobre as brincadeiras de suas crianças nas ruas da cidade de Salvador. Aqui, acreditamos ser possível que as crianças brinquem nos espaços públicos sem a aprovação de suas famílias.

Na medida em que o espaço pode ser compreendido como parte da cultura, podemos indagar qual o significado do espaço externo das

idades para suas crianças. A geografia da infância aponta para o sentido de pertencimento da criança ao espaço que, não somente a rodeia e contorna, mas passa a cumprir um importante papel na formação da sua identidade. Quando o espaço desempenha este papel, ele se torna lugar.

Haesbaert (2006, p. 131) considera lugar como um conceito portador de características subjetivas na relação do ser humano com o espaço. Em geral a idéia de lugar implica processos de identificação e relações de identidade. Seguindo este raciocínio, o espaço pode ser entendido como parte da cultura e do processo de socialização da criança.

O conceito de socialização está no centro da construção da sociologia da infância, porque nele se concentra a própria definição das relações entre criança e sociedade, e acreditamos, com base nas propostas dos autores que estudam a geografia cultural, pode estar associado à idéia de espaço como instância que, juntamente com outros processos culturais, operam na constituição da subjetividade humana, especialmente nas identificações e relações sociais. Ora, então a experiência da criança com o espaço pode ser considerada como fator fundamental para a sua constituição como sujeito e cidadão. Aqui podemos observar o entrelaçamento possível entre as ideias de socialização e lugar no processo de ocupação dos espaços urbanos pela criança, como um enriquecimento para sua infância. Assim, a experiência da criança em seu espaço vai muito além do conceito estrito de lazer ou brincadeira. A função constitutiva da brincadeira para a criança pequena é fato sedimentado para campos como a psicologia e sociologia da infância, que ressaltam o uso desta atividade como ferramenta da criança para a compreensão da realidade. O exercício da realidade no espaço repleto de objetos e valores de sua cultura soma no processo de constituição dos sujeitos daquela cultura.

Lopes e Vasconcellos (2006) realizaram um estudo sobre a produção da infância em localidades rurais de Minas Gerais a partir do conceito de lugar. De acordo com os autores, a infância está ligada às especificidades de cada lugar, a partir do modo como cada grupo social lida com a realidade. Para os autores,

Ao longo de sua história, os grupos sociais fixam em determinados espaços e os organizam dão-lhes forma e também são formados por eles, por isso os fragmentos espaciais constituídos por cada agrupamento de pessoas imbricam num conjunto de interações que fundem sujeitos e espaços e o transformam em lugar (LOPES; VASCONCELOS, 2006, p. 121).

O conceito de lugar possibilita a compreensão da ligação afetiva que as pessoas costumam nutrir por seus lugares de infância. Assim, o espaço onde a criança vive se transforma em lugar na medida em que ela atribui significado a ele, e à sua própria experiência.

As cidades mudam e mudam os espaços e contextos da infância. Um fenômeno recente na cidade tem sido o aumento da construção de condomínios fechados, alguns deles nos moldes de condomínios de luxo como o Alphaville. Estes locais vendem um ideário de segurança, espaço para descanso e divertimento do qual as crianças fazem parte de forma ativa. Os condomínios, cada vez mais se propõem a funcionar como clubes residenciais que oferecem segurança às famílias e suas crianças. Dentro dos muros dos condomínios, as crianças podem brincar “longe do adulto”, formando grupos que exploram o espaço exterior às suas residências. Interessante observar como os apartamentos que compõem esses condomínios vêm se tornando cada vez menores ao longo do tempo, indicando, talvez o propósito, de que as crianças utilizem os *playgrounds* ao invés de brincar em seus apartamentos, que teriam a função de acolher as pessoas basicamente para dormir. Alguns condomínios investem até mesmo em salas de cinema e brinquedoteca para seus moradores.

A concepção dos condomínios pode ser interessante na medida em que coloca a criança em contato com grupos de pares e possibilita a ela o acesso a espaços ensolarados, grama e alguns brinquedos que, na cidade de Vitória da Conquista, dificilmente ela encontrará. No entanto, partindo dos conceitos de espaço e lugar propostos pela geografia da infância, podemos considerar a mudança que a experiência da criança com o espaço restrito, murado dos condomínios fechados, traz em relação ao espaço amplo da rua. Andar pelas ruas e ver coisas e pessoas diferentes, esquinas

que trazem surpresas; explorar um espaço aparentemente interminável da sua cidade, certamente compõem uma infância diferente, e, podemos dizer, mais enriquecedora.

Seguindo este raciocínio, não podemos deixar de lembrar a diversidade da experiência de andar pela rua em termos do conhecimento das pessoas. Se a criança permanece durante muito tempo fechada em condomínios, e dali ela sai para *shopping centers* e outras residências, provavelmente ela terá experiências com pessoas muito parecidas com seus familiares. A rua oferece alternativas e experiências com seres humanos diversos e provavelmente prepara para a compreensão de uma sociedade baseada na alteridade.

Nas cidades de médio e grande porte, podemos observar como os *shopping centers* ocupam cada vez mais a posição de opção de lazer para as famílias. A cidade atualmente conta com um *shopping* pronto e outro em fase de construção. O *shopping center* em funcionamento talvez seja o lugar público com maior concentração de crianças da cidade. Aos domingos, pode-se observar o trânsito de famílias pelos corredores iluminados de luz artificial desses espaços. Bebês e crianças pequenas correm à frente de seus pais e grupos familiares.

Brincar, descobrir coisas novas, aprender na companhia de sua família ou entes queridos transforma um simples espaço urbano ou rural em algo amado, mas, mais do que isso, remete à questão do pertencimento: sua cidade lhe pertence e você também pertence a ela.

Se partirmos do princípio de que a experiência da criança com e no espaço externo possui um caráter formador fundamental para a sua constituição de sujeito, como pensar a infância cujas experiências acontecem em ambientes fechados ou privados? Estaria isso acontecendo com uma parte significativa das crianças em Vitória da Conquista? Em que espaços a criança conquistense estaria criando vínculos?

De acordo com Claval (2007, p. 14),

A cultura é constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la, verbalizá-la. Carrega-se, assim, de uma *dimensão simbólica*. Ao serem repetidos em público, certos

gestos assumem novas significações. Transformam-se em rituais e criam, para aqueles que os praticam ou que os assistem, um sentimento de comunidade compartilhada. Na medida em que a lembrança das ações coletivas fundem-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território (grifo do autor).

Se o espaço pode ser considerado como uma conjunção de sistemas de objetos, em termos da materialidade concreta, e de sistemas de ação (SANTOS, 1997, p. 51), o conceito de território marca uma ideia de posse diante da relação construída entre o ser humano e o espaço.

Em determinados momentos parece possível dizer que os *shoppings centers* caminham para se tornar monumentos de memória familiar ou afetiva das crianças, que, pequeninas, passeiam com sua família, para, mais tarde, fazerem o mesmo com amigos na adolescência. Deste modo, esse lugar tende a se tornar território, repleto de memória e significado. Entretanto, diferente dos ambientes externos, abertos, este é um lugar de celebração de consumo, onde tudo é pensado para vender algum produto. A relação é de consumidor e produto. Dito de outra forma, adentrar um *shopping center* significa comprar alguma coisa ou deixar de fazê-lo.

Avanços tecnológicos como os jogos de computador e consoles lançados praticamente o tempo inteiro no mercado, assim como a produção (e venda) desenfreada de aparelhos celulares alcançam “consumidores” em idade cada vez mais precoce. O uso cada vez mais disseminado de jogos eletrônicos, redes sociais e internet também vem modificando os tipos de brincadeiras e lugares ocupados pelas crianças, sendo um fenômeno que inclui meninos e meninas cada vez mais jovens⁴. Não vamos entrar na discussão cultural sobre o impacto da tecnologia nas infâncias (uma vez que esse aspecto é discutido de forma muito satisfatória pelos Estudos Culturais), mas apontaremos o avanço desses recursos como fator que não pode ser ignorado quando discutimos a territorialização e o uso do espaço pelas crianças. Aqui, tanto o ambiente da brincadeira (crianças passando

⁴ A Rede Mundial de Computadores (Internet) poderia ser considerada um espaço? Não estariam sendo produzidos lá as mesmas relações produzidas aqui fora, como lugar e território?

dias ou noites inteiras envolvidas em jogos de computador) quanto os fatores relativos à configuração espacial dos espaços para a criança devem ser levados em consideração.

O fato é que os brinquinhos e aparelhos de diversos tipos onde se pode jogar têm povoado os sonhos das crianças das classes médias, e mudado a forma de brincar e o ambiente onde se brinca. As interações entre as crianças também se modifica durante essas brincadeiras.

Não estamos aqui afirmando que os condomínios, os *shopping centers* e os jogos de computador e similares são ruins para a infância das crianças. Evidentemente, muitas famílias conseguem organizar as vidas das suas crianças de forma a diversificar suas experiências. A questão que pode nos deixar alertas é quando os espaços amplos são substituídos por alternativas que restringem as experiências infantis como passeios aos mesmos lugares, interação com as mesmas pessoas e brincadeiras com apenas um tipo de brinquedo. Mas, além da discussão da restrição da vivência do espaço propriamente dita, há também um ponto que vale a pena pensar a respeito. Espaços como os dos condomínios fechados e *shopping centers* são privados. Em situações como as aqui discutidas, as crianças passam a construir suas experiências em espaços privados e ligados ao consumismo. Nos espaços privados, elas interagem com um número limitado e tipos específicos de pessoas. Os espaços privados pertencem a alguém e/ou, como no caso dos *shopping centers*, são para comprar ou vender. Seria viável afirmar que o processo de transformação de espaço em lugar e a consequente subjetivação da criança em sujeito, correria o risco de se dar na base da privatização e do consumismo?

Este contexto, baseado em modelo consumista parece seguir na contramão do que vem sendo discutido no âmbito da educação e formação dos seres humanos e provavelmente não favorece às crianças, cujo processo de vida necessita funcionar em uma lógica mais lúdica e com maior amplitude de experiências. Desta forma, a existência de áreas de acesso livre, não comercial, para as crianças parece algo necessário na vida das cidades, tomado como parte do contexto de desenvolvimento das pessoas.

As cidades de praia talvez ofereçam mais opções de área externa para o lazer infantil, mas mesmo assim, a questão da localização e a dependência do adulto vão interferir no acesso da criança a esses espaços. Já as cidades de interior dependeriam de políticas para a criação e preservação de parques e praças públicas que pudessem cumprir esse papel

Na opinião de, Cotrim et al. (2009, p. 59-60),

Os conhecimentos sobre o uso do espaço pelas crianças podem fornecer elementos que auxiliem no planejamento urbano, principalmente no que se refere à disponibilização de áreas para que as crianças possam exercer seus direitos relacionados ao pleno desenvolvimento e à conquista de cidadania.

As crianças, como cidadãs, possuem direitos que devem ser considerados seriamente nas políticas públicas. Não só em programas de assistência, mas em espaços de lazer e convivência, que costumam ser os mais negligenciados, especialmente em relação a crianças de classes com menor poder econômico. A criação de áreas de lazer também reflete o cuidado com o espaço da cidade e certamente também é utilizado pelos adultos de forma prazerosa.

Algumas Considerações

Neste texto, apresentamos algumas reflexões sobre infância e espaço em uma cidade de médio porte considerando algumas características culturais como fator de interferência nas experiências infantis. Os estudos da Geografia da Infância nos mostram as funções do espaço na constituição da subjetividade humana, e mais especificamente, na constituição das infâncias com seus conceitos de lugar, e territorialidade. Muito pode ser explicado e principalmente compreendido a partir destas categorias, mas especialmente ratificamos a complexidade do processo de formação humana a partir dos contextos sociais e culturais.

Famílias trabalhadoras criam seus filhos com dificuldade crescente em função das exigências do trabalho e da falta de apoio das políticas

publicas. Diante disso, as famílias tomam decisões em relação aos seus filhos, inclusive a de afastá-los da rua. Esta pode ser uma decisão acertada caso o objetivo seja proteger a criança de perigos e causas desconhecidas. Entretanto, ao impedir o acesso da criança à rua sozinha, as famílias terminam também não as levando consigo a passeio. Utilizamos aqui como ideia de passeio, o trânsito pelo espaço urbano com objetivo lúdico, prazeroso, e não apenas como trajeto apressado para se chegar a alguma parte da cidade. Os passeios com esta característica podem ajudar a compor os contextos de formação de lugar e território dos quais fala a geografia da infância.

As possíveis razões para as famílias manterem suas crianças em casa ou ambientes fechados, são o cotidiano cada vez mais exigente, mas especialmente os hábitos das famílias para com seus pequenos, assim como culturas que não valorizam o contato com o meio externo. A falta de estrutura física no espaço da cidade também faz o seu papel de não estimular hábitos de passeios nas famílias. Assim, a utilização dos espaços públicos das ruas com locais que possibilitem caminhadas, também dependem da existência de praças e parques voltados para as crianças.

Com base nas teorias interpretativas da cultura (como a geografia da infância e a sociologia da infância) ressaltamos a rua e os espaços públicos como campo que nos permite observar modos de vida, cotidiano, interação, e muitos outros aspectos das culturas e das infâncias. Considerando este raciocínio, entendemos o que vemos nas ruas como um fator de mudança provocado por políticas públicas e intervenção midiática interferindo no pensamento e na ação das famílias, especialmente quanto ao seu julgamento da rua como espaço inseguro para suas crianças. Isso não é, por si só, algo pernicioso do ponto de vista da cultura, mas merece um estudo mais aprofundado.

Sabemos que abordamos, na maior parte do texto, crianças de famílias de classes médias. Entretanto, boa parte dos questionamentos aqui levantados podem ser aplicados a crianças de zona urbana cujos pais são trabalhadores. As crianças dessas famílias costumam ficar em suas casas

quando não estão na escola, sozinhas ou acompanhadas por pessoas de diversos graus de parentesco ou relação. É muito comum, especialmente com as crianças pequenas, observar o quanto suas experiências são restritas aos jogos eletrônicos ou à televisão. Pesquisas precisam ser feitas a respeito disso: investigar o impacto dos jogos nas infâncias e o acesso que as crianças de classes menos favorecidas têm aos jogos eletrônicos. Caso não tenham, a TV seria a opção tradicional para entreter (e educar?) a criança em seu dia a dia (ARAUJO, 2013).

Da mesma forma, os pesquisadores, especialmente no Brasil, precisam se voltar para o estudo da criança fora do espaço escolar. Há muito conhecimento sobre a criança fora desta instituição. Algumas relações e interpretações sobre as infâncias simplesmente não podem ser observadas no ambiente escolar. Isto se aplica a crianças de todas as idades tendo como espaços a rua e suas casas. Um tema interessante para uma pesquisa seria, por exemplo: que partes do condomínio são mais utilizadas pelas crianças, com que propósito e com que grupo de amigos? Enfim, há muito para ser investigado sobre as infâncias das crianças brasileiras, e, possivelmente, muito mais ainda fora da escola.

Ao longo do tempo, o conhecimento científico tem orientado ações das famílias e modificado hábitos culturais que, com o tempo ou a mudança social, perdem o sentido. Neste aspecto, as políticas públicas também podem cumprir este papel de promover mudanças em hábitos e demais aspectos das culturas. Acreditamos que a organização e o uso do espaço na cidade de Vitória da Conquista, especialmente para os pequenos, seja um caso dessa natureza. Além disso, a ideia de espaço humanizado pode se associar com praças e parquinhos para as crianças, áreas verdes e locais onde se possa auxiliar a criança a amar também os espaços abertos de sua cidade. A nós, uma infância vivida, em sua maior parte, em ambientes fechados, nos parece restritiva, negando à criança seu direito a uma infância rica de experiências significativas que somem para a construção da sua cidadania.

Referências

ALANEN, Leena. Estudos Feministas/estudos da infância: paralelo, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lucia Rabello de (Org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2001.

ARAUJO, Ana Lucia Castilhana de. Criança pequena: espaço doméstico, espaço da creche. In: SANTOS, José Jackson; LEITE, Maria Iza Pinto de; PEREIRA, Sandra Márcia Campos (Org.). *A qualidade na educação infantil e os direitos da criança pequena*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

COTRIM, Gabriela Souza et al. Espaços urbanos para (e das) brincadeiras: um estudo exploratório na cidade de Salvador (BA). *Psicologia: Teoria e Prática*, Brasília: UnB, vol. 11, n. 1, 2009, p. 50-61. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193818630005>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

_____; BICHARA, Ilka Dias. O brincar no ambiente urbano: limites e possibilidade em ruas e parquinhos de uma metrópole. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre: UFRGS, n. 26, n. 2, p. 388- 395, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v26n2/19.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia. In: _____. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 84-106.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FERREIRA, Manuela. *Criança tem voz própria (pelo menos para a Sociologia da Infância)*. Entrevista concedida a Ricardo Jorge Costa em agosto de 2002. *Jornal A Página*. Disponível em: <www.apagina.pt>. Acesso em: 20 fev. 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 18. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos S.A., 1989.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELOS, Tânia. Geografias da infância: territorialidades infantis. *Currículos sem Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 103-127, jan./jun. 2006.

MEKIDECHE, Tchirine. Zanka: apropriação do espaço urbano pelas crianças magrebins. *Psicologia USP*, São Paulo: Instituto de Psicologia. v. 16, n. 1-2, p. 115-118, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=305123708012>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga (Portugal): Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1997. p. 31-74.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VASCONCELOS, Tânia. Criança do lugar e lugar de criança. 29º Encontro Anual da ANPED. GT 07. Caxambu. 2009.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A cidade higiênica e a conformação da infância. In: _____; _____. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.